MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

sid.inpe.br/mtc-m21d/2023/10.30.16.56-RPQ

**RELATÓRIO TÉCNICO EXPEDIÇÃO DE CAMPO
PARA COMUNIDADES INDÍGENAS GUARANI MBYA
DA MATA ATLÂNTICA**

Liana Oighenstein Anderson
Nelvia Victoria Lugo
Roger Few
Ana Larissa R. de Freitas
Janaina Cassiano dos Santos
Marcelo A.Santos Junior

Projeto: Voices of Recovery

URL do documento original:

<<http://urlib.net/8JMKD3MGP3W34T/4A5DB6P>>

INPE
São José dos Campos
2023

PUBLICADO POR:

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE
Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE)
Divisão de Biblioteca (DIBIB)
CEP 12.227-010
São José dos Campos - SP - Brasil
Tel.:(012) 3208-6923/7348
E-mail: pubtc@inpe.br

CONSELHO DE EDITORAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA PRODUÇÃO INTELLECTUAL DO INPE - CEPPII (PORTARIA Nº 176/2018/SEI-INPE):

Presidente:

Dra. Marley Cavalcante de Lima Moscati - Coordenação-Geral de Ciências da Terra (CGCT)

Membros:

Dra. Ieda Del Arco Sanches - Conselho de Pós-Graduação (CPG)
Dr. Evandro Marconi Rocco - Coordenação-Geral de Engenharia, Tecnologia e Ciência Espaciais (CGCE)
Dr. Rafael Duarte Coelho dos Santos - Coordenação-Geral de Infraestrutura e Pesquisas Aplicadas (CGIP)
Simone Angélica Del Ducca Barbedo - Divisão de Biblioteca (DIBIB)

BIBLIOTECA DIGITAL:

Dr. Gerald Jean Francis Banon
Clayton Martins Pereira - Divisão de Biblioteca (DIBIB)

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO DOCUMENTÁRIA:

Simone Angélica Del Ducca Barbedo - Divisão de Biblioteca (DIBIB)
André Luis Dias Fernandes - Divisão de Biblioteca (DIBIB)

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Ivone Martins - Divisão de Biblioteca (DIBIB)
André Luis Dias Fernandes - Divisão de Biblioteca (DIBIB)

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

sid.inpe.br/mtc-m21d/2023/10.30.16.56-RPQ

**RELATÓRIO TÉCNICO EXPEDIÇÃO DE CAMPO
PARA COMUNIDADES INDÍGENAS GUARANI MBYA
DA MATA ATLÂNTICA**

Liana Oighenstein Anderson
Nelvia Victoria Lugo
Roger Few
Ana Larissa R. de Freitas
Janaina Cassiano dos Santos
Marcelo A.Santos Junior

Projeto: Voices of Recovery

URL do documento original:

<<http://urlib.net/8JMKD3MGP3W34T/4A5DB6P>>

INPE
São José dos Campos
2023

Esta obra foi licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 3.0 Não Adaptada.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 3.0 Unported License.

Relatório Técnico

Expedição de campo para

Comunidades indígenas Guarani

Mbya da Mata Atlântica

11 de agosto de 2023

Coordenadores

Liana O. Anderson - CEMADEN
Maria Eugenia Ulfe Young - PUCP
Nelvia Victoria Lugo - UC
Roger Few - UEA

Integrantes do Projeto

Alejandra López Getial - UC
Ana Carolina Moreira Pessôa - INPE
Angela May Steward - UFPS
Diana E. Carmona González - UC
Hazel Ann Marsh - UEA
Iris Jave - PUCP
Joice Nunes Ferreira - EMBRAPA
João Bosco Coura dos Reis - CEMADEN
Juliana Siqueira Gay - USP
Katiane Silva - UFPA
Luiz Eduardo O.C. de Aragão - INPE
Maria Teresa Armijos Burneo - UEA
Mario Renato Cépeda Cáceres - PUCP

Mark Glyn Tebboth - UEA
Norma Roxana V. Rodríguez - PUCP
Rachel Carmeta - UEA
Marlise Mirta Rosa - CEMADEN
Ana Larissa R. de Freitas - CEMADEN
Janaina C. Santos - CEMADEN
Marcelo A.Santos Junior - INPE
Auriene Maria A. Fonseca - UFPA
Eduardo Protázio Filgueiras - UFPA
Fábio Alvez - IPEA
Gleiciane de Oliveira Pismel - UFF
Grania Power - UEA

Integrantes presentes no campo 20 de julho de 2023

Liana O. Anderson - CEMADEN
Nelvia Victoria Lugo - UC
Roger Few - UEA
Ana Larissa R. de Freitas - CEMADEN
Janaina C. Santos - CEMADEN
Marcelo A.Santos Junior - INPE

Contato

Liana O. Anderson - liana.anderson@cemaden.gov.br
Parque Tecnológico de São José dos Campos, Estrada Doutor Altino Bondesan, 500 -
Gistrito de Eugênio Melo, São José dos Campos/SP. CEP: 12247-016
(12)32080154 - Ramal 12

CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
PUCP - Pontificia Universidad Católica del Perú
UC - Universidad de Caldas
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
UFPA - Universidade Federal do Pará
UEA - University of East Anglia
UFF - Universidade Federal Fluminense

Visão Geral

No dia 20 de julho de 2023 foi realizada uma missão de campo para conhecimento e troca de informações com duas aldeias indígenas localizadas no município de Ubatuba, São Paulo. As características destas comunidades são similares às demais incluídas no projeto Vozes em Recuperação: historicamente marginalizadas, em processo de luta para demarcação e reconhecimento de seus territórios, com estratégias de resistência e enfrentando múltiplas ameaças socioambientais.

Estavam presentes os pesquisadores Roger Few da Universidade East Anglia [Reino Unido], Victoria Lugo Agudelo, da Universidade de Caldas [Colombia], o doutorando Marcelo A. Santos Júnior do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Janaina C. Santos e Ana Larissa R. Freitas, pesquisadoras colaboradoras do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) [projeto FAPESP n.2021/07660-2] e a coordenadora do Projeto Vozes-Brasil Liana O. Anderson, Cemaden.

O transporte foi fornecido pelo Cemaden, constando de uma van e motorista. O itinerário iniciou-se às 7h30, partindo da portaria principal do INPE, em de São José dos Campos.

As duas aldeias ficam situadas no município de Ubatuba, localizado no litoral Norte de São Paulo. A Terra Indígena Boa Vista foi homologada pelo Decreto no 94.220/1987 e identificada pelo Despacho da Presidência Funai no 529/2013. É formada pelas aldeias Tekoa Jaexaá Porã (Aldeia Boa Vista), Yyakã Porã (Aldeia Rio Bonito) e Akaray Mirim (Aldeia do Sertão do Puruba).

Possui aproximadamente 97% de sua área sobreposta pelo Parque Estadual da Serra do Mar, gerando conflitos em relação a suas práticas de uso e manejo de recursos naturais dentro de seu próprio território. São áreas reconhecidas pela FUNAI e que estão em revisão, sendo o mapeamento muito importante para contribuir nos processos de demarcação e de proteção aos territórios indígenas, de seus direitos e de suas culturas.

Os indígenas que habitam esse território são os Guarani Mbya, os quais possuem características comuns na cultura, na economia e no ambiente em que vivem há muitos séculos. Estes povos têm uma relação direta com a natureza, dela coletando materiais para uso como cipós, madeiras, ervas, frutos, plantando e pescando seus alimentos. Antigamente a caça era utilizada também como fonte de alimentação.

Objetivo geral:

Troca de vivências e saberes dos pesquisadores do Projeto Vozes com as comunidades indígenas Guarani Mbya localizadas na região norte do município de Ubatuba/SP.

Objetivos específicos:

- Ouvir das comunidades sobre seu patrimônio cultural, histórico e social;
- Entender as relações das comunidades com o território tradicional;
- Ouvir das comunidades como foi o processo de enfrentamento e resistência durante a pandemia do COVID-19;
- Entender as estratégias de enfrentamento, resistência e governança pós pandemia do COVID-19;
- Realizar possíveis trocas de conhecimento científico e futuras parcerias investigativas no território para amplificar as vozes locais no âmbito do projeto em desenvolvimento.

Materiais:

A visita para estas comunidades foi articulada pelas MSc. Janaina Cassiano, que tem contato com as lideranças por meio de atividades relacionadas a outros projetos em que já atuou. Foi solicitado apoio de mantimentos para viabilizar a visita dos pesquisadores, que foi composta de:

- 4 cestas básicas, duas para cada comunidade;
- Sanduiches, água e sucos para lanches;
- Álcool em gel e máscaras, sendo que não foi requisitado o uso destes materiais.

O subsídio de alimentação foi viabilizado com recurso do pesquisador Roger Few, Universidade de East Anglia, Reino Unido.

Histórico

A partir de 1970, com a chegada da rodovia BR-101, estas comunidades passaram a enfrentar ameaças constantes e perdas de seus territórios, travando disputas em função da especulação imobiliária, do turismo e do modo de vida urbano, os quais trouxeram impactos negativos às culturas tradicionais. Outra ameaça é a política ambiental instalada de forma agressiva através do Parque Estadual da Serra do Mar-PESM, de proteção integral, criado em 1977, que ocupa grande parte do território e ainda hoje criminaliza as práticas ancestrais dos povos originários.

Aldeia Rio Bonito – Tekoa Yyakã Porã

O primeiro destino foi a Aldeia Rio Bonito (Tekoa Yyakã Porã). O acesso é feito por uma entrada ao lado esquerdo da BR-101, no sentido de Ubatuba – Paraty. Este acesso é conhecido como estrada velha da Casanga (situado antes da entrada para a praia de Itamambuca), nessa estrada é necessário percorrer cerca de um quilômetro até a entrada da aldeia. A partir daí, é preciso estacionar o carro e seguir a pé por uma trilha e atravessar o Yyakã Porã (Rio Bonito). Recentemente foi construída uma ponte de alvenaria e madeira para o acesso à aldeia (Figura 2).

Figura 2 - Imagem da equipe de pesquisadores e acesso para aldeia Rio Bonito (Tekoa Yyakã Porã), Ubatuba/SP.

Atividade

Ao chegar na Aldeia fomos recepcionados pela liderança Guarani Mbya Kerexu (seu nome indígena; Ivanildes em português). Deixamos o lanche e as cestas básicas na cozinha comunitária da aldeia e fomos direcionados para o local de reuniões (Figura 3).

Figura 3 - Liderança Kerexu, local de reunião e tabela de reciclagem em Português e Guarani na Ideia Rio Bonito (Tekoa Yyakã Porã), Ubatuba/SP.

O encontro iniciou-se com os pesquisadores do projeto Vozes relatando uma breve apresentação sobre quem somos e onde o projeto está sendo desenvolvido. Contextualizou-se sobre as vulnerabilidades enfrentadas pelas comunidades tradicionais e povos originários do Peru, Colômbia e Amazônia e sobre como os estudos vão ser desenvolvidos para revelar as narrativas de resistência, recuperação e permanência das tradições pós pandemia do COVID-19.

A partir dessa apresentação a equipe pediu para que Kerexu contasse um pouco sobre sua história, sobre a história de luta e permanência no território da aldeia e como foram as articulações para o enfrentamento no período pandêmico.

História da Aldeia Tekoa Yyakã Porã [Rio Bonito]

A aldeia Rio Bonito completou em junho de 2023 seis anos de existência (Figura 4), porém o povo Guarani é ancestral nesse território que ocupava grande parte da extensão do bioma Mata Atlântica. Sua religiosidade conta sobre a Yvy marã e'ỹ, a procura da "terra sem mal", região identificada por eles pela Mata Atlântica onde a floresta se encontra com o mar.

Conta Kerexu que essa divisão e demarcação de terras só começou a existir a partir da demarcação realizada pelos portugueses, pois para sua etnia, as fronteiras vão além de cercas e muros, visto que eles se consideram parte da natureza com um todo. Essa divisão causou uma segmentação em seu povos, pois as fronteiras de países fez com que fossem reconhecidos Guaranis Paraguaiois, Guaranis Argentinos que por não serem originários do litoral brasileiro, muitas pessoas não os reconheçam como tal.

Existem pequenas diferenças de linguagem entre a mesma população pela influencia da língua do país, pois palavras que não existem e são utilizadas no dia-a-dia são incorporados ao Mbya. Esse fato é algo que preocupa as populações Guaranis, pois os mesmos entendem que a língua não se perde de um dia para o outro, mas que as modificações afetam fortemente seu linguajar, e pode se configurar como um risco para a manutenção de sua cultura.

Figura 4 - Registros de imagens na Aldeia Rio Bonito (Tekoa Yyakã Porã), Ubatuba/SP.

Força e resiliência para se tornar uma liderança feminina indígena

Desde nova Kerexu sempre acompanhou seu avô nas reuniões do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e comenta que foi um ambiente divisor de águas para que sua formação como liderança. A mesma relata que por mais que exista legislação que assegure alguns direitos dos povos tradicionais e originários, essas leis não são muito efetivas na prática. Portanto, entende-se que é necessário o empoderamento e compreensões para "tirar o papel" e colocar na prática os direitos assegurados pelas leis, o que exige muita resiliência.

A mesma relata que quando se é uma liderança feminina, é preciso ter que se esforçar para buscar o respeito e mostrar sua liderança. Segundo ela, isso é um desafio. Kerexu já está há 15 anos como liderança, mas relata que seu início foi muito difícil, principalmente ao participar de reuniões majoritariamente masculinas.

A desconfiança sobre "dar conta" por ser mulher é algo que exige que a mesma seja muito firme quando impõe sua opinião, o que é visivelmente diferente quando se trata de uma pessoa do sexo masculino. Identificamos que muitos dos pontos relatados pela liderança indígena são compartilhados pelas pesquisadoras do projeto, em diversas situações de suas vidas pessoais e profissionais.

Segundo ela, para se tornar uma liderança feminina é preciso ter humildade, respeito e um posicionamento firme.

"Nós mulheres não queremos ser superior a ninguém, que queremos ser iguais, estamos no meio. Porque se a gente quer fazer a diferença a gente não pode fazer o mesmo que acontece". - Ivanildes Kerexu, 45 anos, liderança Guarani Mbya na Tekoa Yakã Porã, 2023.

O Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba foi formado em 2007 pela união de lideranças indígenas, quilombolas e caiçaras de diferentes comunidades da região. O Fórum atua como uma rede de articulação de instituições de base e tem como missão a articulação de povos e comunidades tradicionais para promoção do desenvolvimento sustentável e para defesa e garantia de seus direitos, em especial os territoriais.

Pandemia COVID-19

A primeira dificuldade relatada sobre o período pandêmico foi sobre a desinformação sobre os procedimentos, contaminação, ameaças, efeitos, entre outras informações e mesmo informações falsas. Identifica-se que estas situações foram as mesmas vivenciadas pela população brasileira em geral. Para essa comunidade indígena a solução foi basearem-se nas informações de uma equipe de saúde que atende a comunidade. Os agentes de saúde foram a referência para que os indígenas tivessem um cuidado com a veiculação de informações falsas e realizassem o isolamento da aldeia.

Durante os quatro meses de isolamento total, os comunitários enfrentaram dificuldades e contaram com a ajuda de doações de alimentos, posto que uma das principais fontes de renda, que é a venda de artesanato, foi totalmente paralisada.

Em relação aos caminhos de aprendizados durante a pandemia para fortalecer as comunidades, foi relatado o aprendizado de outras técnicas de roçado e de agrofloresta. Essas foram atividades desenvolvidas em formato de multirões para plantações e foi algo que contou com a participação de toda a aldeia durante período de isolamento. Relatou-se também, como um ações positivas experienciadas durante o período de isolamento, a retomada de conhecimentos voltados para tipos e preparos de alimentos que já não estavam mais sendo consumidos, como o "mingau de banana, dentre outras receitas e de remédios baseados em plantas da floresta, feitos pela mãe de Ivanildes, e utilizados de forma preventiva durante toda a pandemia.

Kerexu conta que a primeira contaminação pela COVID-19 pela aldeia ocorreu quando três comunitários foram para Brasília, em uma manifestação pela saúde e direitos indígenas e que quando retornaram a aldeia, fizeram os testes, mas uma pessoa testou positivo e com isso ocorreu a contaminação de toda a aldeia. Por sorte, esse evento só ocorreu após a primeira vacina já ter sido aplicada nos comunitários. Na aldeia não houveram perdas de vida por conta da pandemia.

Educação indígena

Os jovens da aldeia Rio Bonito estudam hoje na escola indígena (Onhembo'eaty) localizada na Tekoa Jaexaa Porã (aldeia Boa Vista) no bairro Sertão do Prumirim (Figura 5). Ela possui ensino fundamental e médio e trabalha com a educação diferenciada. A maioria dos professores são indígenas e as aulas são ministradas em Guarani Mbya.

Foi relatado que a aldeia luta para a construção de uma escola em sua terra, visto a distância e dificuldade de deslocamento das crianças diariamente para ter acesso a educação.

A educação diferenciada é uma luta ancestral, visto que o ensino restrito a língua Portuguesa, além de fragilizar a permanência da língua original no cotidiano das crianças e jovens, não abarca muitos conceitos expressos na língua deste povo sobre a forma de se relacionar com o meio, o espírito e a narrativa da visão de vida, e conservação das florestas. A luta desses povos sempre foi para um ambiente escola bilíngue, visando a preservação da cultura, onde o Guarani seja a linguagem dominante na escrita, leitura e fala.

Figura 5 – Escola Estadual Indígena Aldeia Boa Vista, Ubatuba/SP. Fonte: Google imagens.

Um questionamento por parte de um dos pesquisadores referiu-se sobre o processo de demarcação da área e a relação da "área ideal" para o desenvolvimento das atividades realizadas no território para manter a ancestralidade.

Kerexu explica que eles ainda estão em processo de demarcação da área da Aldeia Rio Bonito (aproximadamente 5.000 ha), a qual hoje ainda está "situada" dentro da área da Aldeia Boa Vista. A Aldeia luta por esse processo desde 2009. Nessa terra eles praticam a agrofloresta para subsistência e sustentabilidade da comunidade, com o principal plantio de milho, banana, mandioca, dentre outros recursos naturais utilizados para o artesanato, alimentação e remédios.

Além disso, o convívio com a floresta é algo sagrado para os Guaranis. Do ponto de vista da conservação ambiental, as terras Indígenas são uma estratégia de ocupação territorial estabelecida. Esses povos ajudam a ampliar a diversidade da fauna e da flora local pois realizam o manejo dos recursos naturais sem colocar em risco os ecossistemas.

Uma das pesquisadoras traz uma reflexão sobre trabalho de pesquisa desenvolvido sobre o fogo e como essa prática prejudica de algumas formas as comunidades da Amazônia e pergunta se existe essa relação com o fogo na aldeia, e se há alguma história ou lenda relacionada ao fogo.

Kerexu explica que o fogo foi feito para ser utilizado apenas para a sobrevivência. Conta que os mais velhos falam sempre da importância do fogo para o conforto, que precisar ter fogo por perto para espantar os espíritos ruins que as vezes vem para atrapalhar a rotina e o convívio na aldeia, mas que não se pode colocar fogo em qualquer lugar e demonstra entender sobre como essa prática não manejada é perigosa à comunidade e biodiversidade.

Aldeia Boa Vista – Tekoa Jaexaa Porã

O povo Guarani sigue lutando por suas terras, por seu modo de ser e viver (Nhandereko), diferente do modo de vida do homem branco (juruá). Vivendo na Mata Atlântica, entre rios, manguezais, praias, restingas e florestas, essas comunidades praticam atividades como a roça, principalmente da mandioca e a feitura da farinha, a pesca, o artesanato e o conhecimento das plantas, além de muitas palavras que dão nome aos lugares e as coisas do dia a dia.

Na parte da tarde, a equipe de pesquisadores se direcionou para conhecer a comunidade indígena da Aldeia Boa Vista. O acesso se dá por um caminho de terra, a partir da rodovia BR-101 à altura do Km 30, acessível com veículo motorizado até o posto de saúde (Figura 6). Em seguida há uma trilha margeando o rio Prumirim, de 10 a 15 minutos, para acessar a Tekoa/Aldeia.

Fomos recebidos pelo Cacique Marcos Tupã, liderança da aldeia. Ao chegar na aldeia nos deparamos com outro evento ocorrendo em paralelo sobre a saúde indígena, a qual reuniu as lideranças de todas as aldeias da redondeza para traçar planos estratégicos visando a visita do Coordenador distrital de saúde indígena Dsei L Sul, Sr. Ivan Bribis Rodrigues, a qual ocorreu no dia 22 de junho de 2023.

Visto essa agenda importante para a comunidade, fomos convidados a conhecer a aldeia inicialmente (Figura 6).

Figura 6 – Fotografias do acesso e trilhas dentro da Aldeia Boa Vista, Ubatuba/SP.

História da Aldeia Boa Vista

Os Guarani habitam uma grande extensão do litoral desde o Estado do Espírito Santo até o Rio Grande do Sul. É cultural do povo guarani a cultura de mobilidade, então algumas famílias antigas ainda mantem esse costume, passam de aldeia em aldeia, permanecendo no território entre 1 à 2 anos. Porém na aldeia Boa Vista existem famílias que não tem esse costume, essas são essenciais para dar força e continuar protegendo o território.

Essa migração é tradicional, em que esses povos vivem em busca da Yvy marã e'ỹ, a "Terra Sem Males", na procura de um lugar sagrado, uma terra com condições para sustentar sua cultura e seus modos tradicionais de vida, perto do grande mar.

No final dos anos 1960, três famílias, vindas da aldeia Rio Silveira, encontraram o local onde foi fundada a aldeia Boa Vista. Logo na década seguinte veio a construção da rodovia BR-101, trecho Rio-Santos.

A Aldeia Boa Vista foi fundada em aproximadamente 1969 e homologada em 1987 pelo Decreto nº 94.220/87 e tem aproximadamente 906,40 ha (Figura 7).

Figura 7 - Fotografias das paiagens e da Casa de Rezas [Opy] da Aldeia Boa Vista, Ubatuba/SP.

Visita a aldeia

Ao seguir pela trilha de acesso a parte central da aldeia foi possível observar os diversos usos que são praticados pelos indígenas, seja pela plantação de palmito, a construção das casas, plantas medicinais e importantes para feitura de artesanato, diversos animais, dentre outras observações (Figura 8).

Ao chegar na parte central da aldeia, nos deparamos com um campo de futebol, algumas casas construídas as quais foram fruto de um projeto social. Conhecemos a localização da casa de artesanato, local de reuniões e casa de reza (Opy).

Figura 8 - Fotografias das paisagens e da Casa de Rezas [Opy] da Aldeia Boa Vista, Ubatuba/SP.

Ao retornarmos da visita a aldeia, nos reunimos o posto de saúde para iniciarmos uma breve conversa, devido ao pouco tempo restante de atividade. Tupã nos recebeu para uma conversa sobre a história da aldeia, bem como as lutas e enfrentamento pós-COVID-19.

O mesmo começou contando sobre os Guaranis e sobre as terras serem sem fronteiras. Sobre a influencia das missões jesuítas na sua cultura, das guerras Guaraníticas contra os espanhóis e portugueses, bem como a ligação com as famílias Carijós, localizadas no alto do planalto de São Paulo.

Tupã relatou que na visão deles não existiam divisões de países, terras, por isso Yvy Mbuté seria o centro da terra, um lugar localizado no meio da América do Sul de onde esse povo teria surgido.

Pandemia COVID-19

Ao retornarmos da visita a aldeia, Tupã nos recebeu para uma conversa breve sobre a história da aldeia, bem como as lutas e enfrentamento pós covid. Assim como na primeira aldeia a primeira dificuldade relatada sobre o período pandêmico foi sobre a desinformação e os meses de isolamento.

A aldeia também passou por dificuldades de mantimentos e financeiras, visto que boa parte da fonte de renda vem da venda de artesanato e palmito jussara na feira livre. Contudo, contaram com ajuda de doações de cestas básicas e alimentos cultivados em seu território como o pupunha, laranja, milho, mandioca, batata e abóbora.

Marcos Tupã conta que na aldeia não houveram mortes relacionadas diretamente com a COVID-19, devido ao esforço de isolamento que a mesma realizou durante os períodos críticos e sem vacina. Foi sugerido aos indígenas que se contaminados, permanecessem em isolamento nos hospitais de campanha montados pela cidade de Ubatuba. Porém não é da cultura Guarani se afastar do seu território e de seus parentes, portanto os mesmos se recusaram a aceitar esse tipo de tratamento/isolamento longe da aldeia.

Tupã também relata sobre a necessidade de expansão do seu território, visto as pressões de grande empreendimentos e especulação imobiliária. Já existem instalações sobre suas terras e projetos em andamento para construção de empreendimentos utilizando o Rio Prumirim que abastece a aldeia (Figura 9). A aldeia está em processo jurídico para aumentar suas áreas, visto que assim como a aldeia Rio Bonito, os indígenas entendem seu território como algo sagrado e buscam a preservação da biodiversidade e de seus costumes em benefício de auxiliar na desaceleração das mudanças climáticas e na manutenção dos serviços ecossistêmicos.

Infelizmente a entrevista com Marcos Tupã foi realizada de forma breve devido ao outro evento o qual estavam envolvidos, porém ao final, foi realizado o convite para retornar a aldeia e aprofundar a troca de conhecimentos sobre os temas levantados e as experiências obtidas nas comunidades atuantes do projeto Vozes.

Figura 9 - Rio Prumirim (Yakã Prumirim), Ubatuba/SP.

Conclusão

Por meio das experiências de diálogos durante a missão de campo pode-se concluir que as intervenções e processos de opressão vivenciados pelas comunidades indígenas independente da etnia e localidade são semelhantes. A luta pela demarcação e proteção das terras indígenas é uma questão crucial para sobrevivência e permanência da cultura dessas populações, auxiliando no enfrentamento às ameaças por invasões, especulação imobiliária, mineradoras, madeireiras, entre outros fatores econômicos. A falta de acesso à serviços básicos como educação e saúde são fatores que ocasionam fragilidade sociocultural à essas populações.

No Brasil, enfrentamos um grande fluxo de desinformação durante a pandemia de COVID-19, seja por correntes negacionistas, seja por desinformação, falta de estudos e metodologias ou interesse político. Essa fragilidade refletiu fortemente nas comunidades tradicionais e povos originários, vistos que os mesmo já sofriam com outros fatores de vulnerabilidade como marginalização histórica, exploração, conflitos de território, dificuldade econômica e perda de identidade cultural.

Por outro lado, a troca vivenciada pela equipe identificou que a pandemia foi um período não só de apreensão, mas também de aprendizado e resgate sociocultural para as populações das aldeias visitadas. Destacam-se dois elementos positivos resultante do enfrentamento da pandemia: i) o resgate de saberes sobre alimentos tradicionais e seu preparo, e ii) o fortalecimento de ações de trocas de alimentos e outros materiais entre comunidades indígenas mas também tradicionais da região. Ambas ações levaram ao fortalecimento de interação entre comunidades e podem ser considerados positivos na estratégia de fortalecimento e recuperação da pandemia das mesmas.

Este relatório faz parte do projeto 'Voices of Recovery', uma parceria internacional entre: Pontificia Universidad Católica del Perú (Lima, Peru); Universidad de Caldas, Colômbia; Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, Brasil; e a University of East Anglia, Reino Unido. O projeto é apoiado no âmbito da Plataforma Transatlântica [<http://www.transatlanticplatform.com>] pelas seguintes organizações de financiamento: Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (IDRC), subsídios números 109835-003 e 109835-002; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MINCIENCIAS) e Fundo Francisco José de Caldas, subsídio número 80740-094-2022; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), subsídio número 2021/07660-2; e Conselho de Pesquisa em Artes e Humanidades (AHRC), subsídio número AH/X001733/1. As opiniões expressas neste trabalho não representam necessariamente as das agências de fomento aqui listadas.